



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A INCLUSÃO E O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NAS
INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ATENDIMENTO ÀS
CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS**

PATRÍCIA SOUZA ORNELAS SILVA

ORIENTADORES:

PROF^a. DR^a. MARISTELA ROSSATO

DR. LUIZ ROBERTO MARTINS

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

PATRÍCIA SOUZA ORNELAS SILVA

**A INCLUSÃO E O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NAS
INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ATENDIMENTO ÀS
CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadores: Prof^ª. Dr^ª. Maristela Rossato, Dr. Luiz
Roberto Martins.

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA SOUZA ORNELAS SILVA

**O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E A INCLUSÃO NAS
INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ATENDIMENTO ÀS
CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/ 11/ 2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof^a. Dr^a. MARISTELA ROSSATO; Dr. LUIZ ROBERTO MARTINS

(Orientador)

ANA CLÁUDIA RODRIGUES FERNANDES

(Examinador)

PATRÍCIA SOUZA ORNELAS SILVA

(Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha família por todo apoio e confiança,
Ao meu noivo pela paciência e apoio,
Aos amigos e colegas de trabalho que de uma forma ou outra me fortaleceram na
caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pelas oportunidades concedidas e pelo seu pleno amor e suporte diante dos desafios enfrentados durante o percurso.

À todos os familiares e amigos pelos incentivos no decorrer deste curso.

Aos colegas de turma que se tornaram amigos no compartilhamento das alegrias e das dúvidas que surgiram no caminho.

Às tutoras presenciais Viviane Samora e Fernanda Lima pela disponibilidade.

À tutora a distância Maria Tereza pelas correções que foram fundamentais para o aprendizado.

Aos professores e orientadores pela atenção e orientação.

À Diva Maciel, à coordenação de tutoria e apoio pedagógico, enfim, toda equipe da UNB que deram suporte e forneceram subsídios necessários para uma formação com qualidade.

E a todos que, direta e indiretamente contribuíram para a realização deste curso.

RESUMO

O presente estudo trata do Atendimento Especializado e a Inclusão nas Instituições de Educação Infantil com atendimento às crianças de 0 a 3 anos, que tem como principal objetivo analisar o processo de inclusão nesta etapa de ensino, apontando os desafios e perspectivas acerca do contexto educacional infantil, bem como as políticas públicas que tratam desta realidade. Por meio do grupo focal e entrevista semiestruturada, buscou-se informações qualitativas no que se refere aos processos políticos e pedagógicos de inclusão nas instituições de Educação Infantil. Entende-se que quanto mais cedo for oferecido um suporte educacional adequado às crianças com necessidades especiais, maiores são as chances que estas desenvolvam plenamente suas capacidades, enfrentando os desafios cotidianos. Faz-se necessário o olhar atento do professor às especificidades da criança com necessidade especial, o atendimento especializado para que estas crianças superem suas limitações e que as políticas públicas possam garantir, na prática, o acesso, permanência e desenvolvimento pleno em todos os seus aspectos.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Inclusão Escolar, Necessidades Especiais, Políticas Públicas.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1-APRESENTAÇÃO	9
2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
2.1-A infância e sua influência no desenvolvimento humano	10
2.1.1- A infância e a construção do conhecimento	11
2.1.2- A aprendizagem escolar e o desenvolvimento atípico	13
2.2- Inclusão na educação infantil	15
2.2.1- As políticas de educação infantil e a inclusão	17
2.2.2- O atendimento educacional especializado na educação infantil	21
3- OBJETIVOS	
3.1-Geral	25
3.2- Específicos	25
4-METODOLOGIA	26
4.1-Contexto da investigação	27
4.2- Participantes	27
4.3- Materiais	28
4.4- Instrumentos e procedimentos	28
5-RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5.1-Grupo focal com professores	30
5.2- Entrevista semiestruturada com monitores	32
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

APÊNDICES

A– Roteiro de grupo focal para professores 39

B– Roteiro de entrevista semiestruturada para monitores 40

ANEXOS

A- Carta de apresentação – escola (modelo) 41

B - Aceite institucional (modelo) 42

C - Termo de consentimento livre e esclarecido – professor (modelo) 43

D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Monitor (Modelo) 44

1- APRESENTAÇÃO

Percebe-se nos dias de hoje um avanço significativo nas propostas educacionais para crianças com faixa etária de 0 a 3 anos numa busca de unificação com o ensino fundamental. Paralelamente, o atendimento educacional especializado surge como complementação do trabalho escolar, contemplando as necessidades especiais de alguns alunos. Assim, a questão fundamental que envolve todo o trabalho deste projeto é: Qual o suporte político e pedagógico oferecido atualmente para o atendimento de crianças com necessidades especiais nesta faixa etária?

Diante desta indagação, outras situações permeiam esta realidade dentro das práticas de inclusão. É necessário saber a posição dos profissionais da educação sobre os processos inclusivos atuais, diante das políticas públicas que envolvem a garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de atendimento às crianças de 0 a 3 anos.

Reconhecendo a importância do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades especiais, da sua contribuição quando associada ao ensino formal no desenvolvimento das habilidades e competências correspondentes à idade, afirma-se a necessidade de uma educação inclusiva desde os primeiros anos de vida da criança, promovendo, assim, a sua formação integral pelas relações que vão se formando neste meio.

É necessário conhecer os processos de inclusão e atendimento às crianças dos primeiros anos da educação infantil, de forma a compreender o seu desenvolvimento, bem como a realidade docente também nesses moldes, descobrindo suas possibilidades e limitações, norteadas assim, discussões e direcionamentos que levem a práticas de inclusão efetivas.

Entende-se que, quanto mais cedo for o suporte educacional dado às crianças com necessidades especiais, menores serão as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, assim como para as demais crianças da instituição, que terão a oportunidade de vivenciar atitudes colaborativas.

As políticas públicas voltadas para inclusão subsidiarão a pesquisa, onde, a partir das leis e diretrizes existentes, os aspectos qualitativos da inclusão das instituições serão analisados, reconhecendo a importância do exercício das práticas educativas inclusivas desde os primeiros anos de vida da criança, desenvolvendo as habilidades e competências correspondentes a faixa etária, promovendo assim a sua autonomia e empoderamento.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- A Infância e sua influência no Desenvolvimento Humano

A concepção de infância teve a sua construção ao longo da história, havendo diversas visões e interpretações sobre esta fase peculiar. Inicialmente, a ideia de que a criança era uma miniatura do adulto fazia parte da mentalidade medieval, onde a infância não tinha um espaço definido no contexto social, fazendo com que, a partir do momento em que a criança adquirisse uma determinada independência, a mesma já era inserida no contexto dos adultos.

Segundo Ariès a convivência com os adultos nas atividades cotidianas trazia ao mesmo os saberes necessários para a vida, ou seja, não havia naquela época a consciência das particularidades da infância e principalmente, como desenvolver as suas potencialidades (ALMEIDA, 2006, p.12).

A conscientização sobre a infância, bem como a construção social desta fase surge a partir de estudos e reflexões entre os séculos XVII e XVIII. Nesta época temos os primeiros processos inclusivos da criança na sociedade, numa aceitação da infância como natureza e não como condição, formulando novas concepções sobre esta fase e a sua significação social.

A partir daí, surge a preocupação com o desenvolvimento destas crianças, inicialmente dentro das famílias, onde, a partir do século XIX e XX o pensamento sobre a infância se torna notável na sociedade em geral, reconhecendo a importância dos cuidados específicos para esta fase também como forma de desenvolvimento humano.

Compreendida desde o nascimento até os onze anos de idade, o desenvolvimento físico e psicomotor tem grande destaque nesta fase. Torres & Torres (2014) faz uma subdivisão desta etapa do desenvolvimento humano, divididos em: Primeira Infância (Nascimento Até 3 Anos), Segunda Infância (3 A 6 Anos) e Terceira Infância (6 A 11 Anos). Segundo os autores todas as suas particularidades de cada etapa devem ser trabalhadas de forma a contribuir positivamente para a vida adulta em todos os seus contextos, considerando assim o desenvolvimento humano como:

(...) um conjunto de ações que devem ser tomadas concomitantemente pelos pais e educadores, visando ao desenvolvimento de uma consciência humana, social, cultural e ambiental que possa ser transmitida através de gerações. (TORRES & TORRES, 2014, p.198)

Hoje é considerável a importância do desenvolvimento infantil para sociedade. Acredita-se que, a partir de investimentos para aprimoramento das condições de vida na infância, “a criação de sociedades harmônicas, acolhedoras e respeitadas com o ser humano”, oferecendo assim, a “oportunidade para que as pessoas adquiram e desenvolvam melhor suas potencialidades” (CYPEL, 2011, p. 13).

Desta forma compreende-se que nesta etapa da vida são estabelecidos os fundamentos do desenvolvimento humano pelos comportamentos e as competências que a criança vai construindo e adquirindo ao longo de sua infância. O resultado deste desenvolvimento é influenciado especificamente pelo meio social e familiar, que determina, segundo sua condição econômica e cultural, os caminhos que esta criança irá seguir.

2.1.1- A Infância e a Construção Do Conhecimento

O desenvolvimento humano se constitui como um fenômeno complexo trazendo interpretações diversificadas quanto à sua forma e comportamento, mas este processo ocorre de forma única, numa dinâmica envolvida por aspectos que, interligados, constroem a individualidade da pessoa em suas experiências de aprendizagem. Kelman descreve o desenvolvimento como "trajetória do indivíduo, marcada não apenas pela herança que recebe de seus pais, mas pelas experiências que vivencia ao longo de sua vida" (KELMAN, 2010, p.13). Assim, o meio biológico, social, cultural e histórico constrói a singularidade no desenvolvimento do indivíduo fazendo dele um ser único e diferente entre os demais.

A partir da interação com objetos, pessoas e situações, a criança vai adquirindo experiências nos seus mais diversos contextos, construindo assim o seu conhecimento de mundo e seus “processos de subjetivação” (KELMAN, 2010, p.43).

Estes contextos foram divididos de acordo com as suas contribuições frente ao desenvolvimento humano e a atuação do indivíduo na sociedade, que de forma direta ou indireta se relacionam, e contribuem na formação e construção do conhecimento acerca de mundo.

A vida de um sujeito é marcada por influências distintas decorrentes dos variados contextos de desenvolvimento dos quais participa e que o influenciam ao longo de sua vida. Entendemos contexto como o meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos desenvolvimentais. (KELMAN, 2010, p.38)

Em se tratando do contexto escolar, vimos que o seu papel também tem fundamental importância, uma vez que este meio traz importantes contribuições para a formação do conhecimento. Situando-se num espaço mais amplo, a escola oferece a oportunidade de um contato maior com as diversas situações sociais que configuram as diferenças, ou seja, considerando as peculiaridades e especificidades da diversidade humana.

A primeira infância é definida como uma etapa da vida com características próprias de aprendizagem, onde os níveis de linguagem, motricidade, cognição, afetividade e socialização estão em constantes mudanças, assumindo a aprendizagem e desenvolvimento de forma integrada.

Considerando o desenvolvimento como “processo singular, dinâmico e marcado por historicidade” (KELMAN, 2010), a infância também atribui à criança a sua significação histórica, social e cultural, como ser concreto e detentora de direitos.

Ariés (1973) nos apresenta a infância nas suas diferentes interpretações históricas, numa trajetória influenciada pelos aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos, que muitas das vezes, colocava a criança como ser imaturo e impossibilitado de agir frente as situações, ou seja, sem função social.

(...) o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. (ARIÉS, 1973, p. 99)

Esta infância apresentada por Ariés nos remete ao processo da ludicidade, tão significativo para esta fase, principalmente para representação dos contextos e seus papéis sociais existentes.

A relação existente entre a criança e o adulto é envolvida pelas práticas de ludicidade como forma de construção do conhecimento, pela significação dos sujeitos e ampliação do conhecimento de mundo.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil apresentam novas bases epistemológicas para o entendimento da infância, propondo uma pedagogia que considere esta como fase de interação e produção de conhecimento.

Olhar a criança como ser que já nasce pronto, ou que nasce vazio e carente dos elementos entendidos como necessários à vida adulta ou, ainda, a criança como sujeito conhecedor, cujo desenvolvimento se dá por sua própria iniciativa e capacidade de ação, foram, durante muito tempo, concepções

amplamente aceitas na Educação Infantil até o surgimento das bases epistemológicas que fundamentam, atualmente, uma pedagogia para a infância. Os novos paradigmas englobam e transcendem a história, a antropologia, a sociologia e a própria psicologia resultando em uma perspectiva que define a criança como ser competente para interagir e produzir cultura no meio em que se encontra. (BRASIL, 2006, p. 13)

Desta forma, a infância é compreendida como fase importante para construção da autonomia e liberdade de expressão pela criança.

2.1.2- A Aprendizagem Escolar e o Desenvolvimento Atípico

A aprendizagem se constitui como um fenômeno complexo trazendo interpretações diversas. Assim como a diversidade de teorias, também é inegável a diversidade humana que coloca este processo como único em cada ser humano. As práticas culturais moldam e definem as diferenças, colocando o indivíduo como ser único, diante da diversidade existente. Os valores, costumes e atitudes dentro da sociedade fazem com que essas práticas tomem forma, bem como os atributos físicos e psíquicos que diferenciam as condições individuais para deslocamento e comunicação, determinando a diversidade cultural.

Considerando a diversidade, tanto nos termos individuais quanto contextuais, temos a educação infantil como um importante recurso de aprendizagem e de desenvolvimento, uma vez que a criança em contato com outras realidades e na interação com outros, poderá progredir nas suas formas de construção do conhecimento. O movimento das relações cria múltiplas possibilidades de significados que, em seu caráter intersubjetivo, conduz o aluno ao seu próprio aprendizado.

Para Tunes, Tacca e Júnior (2005, p.694) “a promoção do desenvolvimento de funções psicológicas admite a anterioridade do processo de aprender, que acontece na relação com um parceiro mais capaz, que oferece a ajuda”, assim, o desenvolvimento é resultado de algo que acontece neste espaço relacional, que pelas parcerias realizadas, promovem outras situações de desenvolvimento,

Lev Vygotsky nos apresenta esta situação como zona de desenvolvimento proximal (ZDP) que seria a distância entre o nível real e o nível potencial de desenvolvimento. A ZDP caracteriza-se pelos momentos desafiadores, podendo chegar a uma autonomia na solução de problemas com a orientação ou colaboração de pares ou adultos. Considerando a aprendizagem, Vygotsky coloca que estas ocorrem não somente de forma biológica, mas

essencialmente das interações que ocorrem no meio social, que são determinantes do avanço dos processos de desenvolvimento. O estudioso ainda destaca a importância dos sujeitos nesta dinâmica de aprendizagem, o que promove uma graduação no desenvolvimento.

Para o autor este processo interativo precisa ocorrer em um contexto específico, para propiciar o seu desenvolvimento pleno. “O aprendizado pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam” (VYGOTSKY, 1991, p. 59).

O ambiente escolar se faz numa diversidade de realidades em que as crianças, oriundas de famílias ou grupos sociais distintos, transmitem todos os valores advindos deste contexto em que elas estão inseridas. Esse contexto se faz como contribuinte inicial para o desenvolvimento intelectual e social da criança, pela interação existente neste ambiente que, por sua vez, lhe atribui significados, construindo assim, experiências e significados que o conduzirá a uma autonomia e independência frente as situações vividas.

Nestes termos a educação é apresentada como auxiliar, onde, através de técnicas artificiais, culturais, um sistema especial de signos ou símbolos culturais adaptados às peculiaridades da organização psicofisiológica da criança anormal, promove na criança, seja ela com necessidades especiais ou não, oportunidades de desenvolvimento cognitivo (VYGOTSKY, 2011, p.867).

Em se tratando da criança com deficiência, Vygotsky coloca que o seu desenvolvimento não difere das demais, apontando que o investimento feito no processo de aprendizagem da criança neste contexto, será o condicionante para um pleno desenvolvimento, no momento em que se proporciona a confiança nas suas potencialidades e condições adequadas à superação dos limites existentes.

A partir da singularidade no desenvolvimento, podemos levar em conta que a diferença é uma realidade em todos. Assim, portadores de necessidades especiais ou com alguma deficiência possuem a dignidade de pertencer e frequentar os ambientes sociais com toda a liberdade que os demais, pois a sua diferença não se faz motivo de exclusão ou dificuldade para adaptação e interação, pois a convivência entre os alunos com desenvolvimento comum e atípico, promove positivamente o aprendizado dos mesmos, desde que seja observado cada peculiaridade e necessidade destes indivíduos, permitindo a interação entre os sujeitos do espaço escolar, numa construção efetiva pautada no respeito às diferenças.

Diferentemente da concepção antiga de que havia uma idade limite para a aquisição de conhecimentos, numa aplicação de normatização de comportamentos e ações, atualmente se

considera que cada indivíduo possui ritmos particulares de aprendizado, que se faz ao longo de toda a vida. Atribuimos à educação a responsabilidade de acompanhamento e direcionamento neste desenvolvimento, considerando as suas dimensões, realizando trabalhos que condicionam um aprendizado integral deste indivíduo, assim como na sua prevenção e promoção da saúde (MOTA, 2005).

Considerando como função principal da educação o de oportunizar estas trocas, a relação professor-aluno deve, necessariamente, pautar-se na confiança mútua, de forma que o professor busque por métodos disciplinados, críticos e reflexivos de questionamento e indagação, levando este aluno à uma participação ativa em seu processo de aprendizagem.

2.2- Inclusão na Educação Infantil

A Educação Infantil, a partir de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), juntamente com o ensino fundamental e médio, é integrada à Educação Básica, reconhecendo a importância da educação nos primeiros anos de vida, compreendendo um marco histórico no que se refere à educação nacional. De acordo com a Seção II da LDB 9394/96 e na sua alteração (LDB 12796/13) encontramos instruções acerca da idade que compreende a educação infantil e suas respectivas instituições para atendimento:

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. (BRASIL, 1996)

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL, 2013)

Segundo os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (1998), alguns eixos de conhecimento devem ser trabalhados nesta etapa da vida da criança com vistas ao desenvolvimento de algumas capacidades. Os eixos que compõem os trabalhos os anos iniciais da Educação Infantil são: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, e Matemática.

Nesta etapa da educação, o foco principal para o desenvolvimento de habilidades e competências estão nos processos que envolvem a ludicidade e brincadeiras, onde se trabalha todos os eixos norteadores para a educação de 0 a 5 anos, descobrindo potencialidades e construindo a confiança e autoestima na criança frente as situações.

A capacidade das crianças de terem confiança em si próprias e o fato de sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas oferecem segurança para a formação pessoal e social. A possibilidade de desde muito cedo efetuarem escolhas e assumirem pequenas responsabilidades favorece o desenvolvimento da autoestima, essencial para que as crianças se sintam confiantes e felizes. (BRASIL, 1998, p. 11. vol.2)

Nos dias de hoje, a existência de políticas públicas específicas para a educação infantil bem como para a inclusão, remete à uma perspectiva de ensino diferente da escolarização comum. Voltada à uma concepção de educação onde a escola se estrutura para o atendimento de seus alunos, as diferenças e identidades possibilitam a construção de conhecimentos, a livre expressão e participação ativa no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo-se como cidadãos autênticos em suas diferenças.

Considerando as palavras de Santana, o termo inclusão refere-se à inserção de todos os alunos na escola, independentemente de sua origem socioeconômica ou cultural, deficiência, talento, raça e gênero (2010, p.1). Assim, todos os indivíduos têm condições de desenvolver-se em um ambiente escolar, desde que sejam consideradas as especificidades de cada aluno e suas necessidades educacionais especiais, o que configura a inclusão.

Mantoan afirma esta concepção inclusiva em que a escola se organize a atender todos os alunos: “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.” (MANTOAN, 2003, p 16).

Ainda segundo a autora “A inclusão escolar de pessoas deficientes é fruto de um movimento maior, o de inclusão social. As práticas de inclusão estão se tornando uma realidade em nosso país e, como muitos anunciam, “um caminho sem volta” (MANTOAN, 2003, p. 53).

Historicamente a inclusão surge com o objetivo de oferecer um atendimento educacional específico para os portadores de necessidades especiais, onde inicialmente as escolas especiais se tornavam o espaço para este tipo de atendimento. As consequências desta forma de ensino não foram muito agradáveis principalmente pelo fato de que a partir da criação destas escolas, configurou-se uma segregação das pessoas com necessidades especiais, uma vez que as mesmas eram atendidas em um espaço próprio, sem a convivência com as demais crianças.

Nos dias de hoje compreende-se a importância da convivência entre alunos com necessidades educacionais especiais juntamente com as demais. Mendes (2006) descreve os

benefícios encontrados na interação existente entre alunos com e sem deficiências em um espaço inclusivo:

Potenciais benefícios para alunos com deficiências seriam: participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores; ter mais oportunidades para observar e aprender com alunos mais competentes; viver em contextos mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais mais facilitadores e responsivos. Benefícios potenciais para os colegas sem deficiências seriam: a possibilidade de ensiná-los a aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações. (MENDES, 2006, p. 388)

Tunes, Tacca e Mitjans (2006, p.127) confirma a necessidade da interação como forma de aprendizado: "(...) o aprender é possibilitado nas diferentes situações de vida e que a aprendizagem acontece nas relações sociais, em um processo de interação".

2.2.1- As Políticas de Educação Infantil e Inclusão

Nos últimos anos, a Educação Infantil vem sendo assistida e pouco a pouco reconhecida como um importante espaço para convivência e desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à vida humana.

Sua expansão é comprovada na consciência da sociedade da importância da educação institucional de crianças de 0 a 6 anos, como também na existência de políticas públicas voltadas para a garantia de atendimento com qualidade pelas creches e pré-escolas. Esta se faz atualmente como dever do Estado e um direito da criança garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme citado a seguir:

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

[...]

III - de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1990)

Outro fator em constante discussão é a questão da integração das práticas do cuidar e educar na educação infantil, pois estas duas esferas são contribuintes na formação da criança quando aplicadas em uma dimensão pedagógica. Diferentemente de décadas atrás, quando as instituições de educação infantil eram de função apenas assistencialista, oferecendo cuidados

básicos sem o trabalho pedagógico necessário para o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a primeira infância.

Dentre as práticas pedagógicas mais significativas para esta primeira fase da infância, estão o brincar. As experiências da criança são representadas nesta ação que é livre e dinâmica, onde se constrói o conhecimento nas abstrações e interpretações da realidade.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil descreve a importância da ação do brincar, principalmente quando integrada ao processo de ensino da criança:

O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam, brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras; brincar com materiais de construção e brincar com regras. (BRASIL, 1998, p. 28, vol. 1)

As práticas pedagógicas das creches e pré-escolas tem como objetivos principais, segundo os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (1998):

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar.
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação.
- Brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias,

sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.

- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998, p. 63, vol.1)

Considerando a realidade das pessoas com necessidades especiais, percebe-se que ainda há grandes limitações físicas e sociais que comprometem seu processo pleno de desenvolvimento. A falta de recursos adaptativos correspondentes às limitações destas pessoas, promove um processo sistemático de exclusão, pelas barreiras que vão surgindo e dificilmente são superadas.

Pela Constituição Federal de 1988, é colocado o direito de todas as pessoas à Educação e posteriormente, em 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia reafirmava esta mesma garantia, independentemente das diferenças particulares.

A Declaração de Salamanca (1994) definia políticas para a ação de governos e organizações dentro dos princípios e práticas de uma Educação Especial e na igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, criando assim as raízes históricas da discussão sobre a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas

Partindo para a legislação brasileira e seus documentos oficiais, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que em seu capítulo II, destaca os objetivos da Educação Infantil:

Art. 29- A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Além da seção específica sobre a educação infantil, a LDB também trata a questão do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, localizado no capítulo III:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1996)

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) enquanto parâmetros para o trabalho com crianças pequenas, e hoje, como referência na organização dos currículos das instituições, tem como proposta uma pedagogia centralizada na criança,

buscando de atendê-las nas suas necessidades, quando integradas nas escolas comuns, ou seja, a garantia de que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional.

Quando o grupo a aceita em sua diferença está aceitando-a também em sua semelhança, pois, embora com recursos diferenciados, possui, como qualquer criança, competências próprias para interagir com o meio. Vale destacar que, nesse caso, a atitude de aceitação é positiva para todas as crianças, pois muito estarão aprendendo sobre a diferença e a diversidade que constituem o ser humano e a sociedade.

As crianças vão, gradualmente, percebendo-se e percebendo os outros como diferentes, permitindo que possam acionar seus próprios recursos, o que representa uma condição essencial para o desenvolvimento da autonomia. (BRASIL, 1998, p.13-14, vol. 2)

O conjunto de referências e orientações pedagógicas deste documento traz contribuições significativas para implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade, oferecendo condições necessárias para o exercício da cidadania e autonomia das crianças.

O Plano Nacional de Educação (2001) referenda o ensino infantil em nível de Educação Básica, afirmando esta fase como um investimento humano, que considerando as legislações vigentes, as teorias e pesquisas na área da educação, bem como no estudo de padrões de infraestrutura adequados para o atendimento nas instituições de educação infantil, determina por meio de metas e estratégias, as formas de oferta de ensino digno as crianças com necessidades especiais nos municípios. Segundo o plano, este tipo de atendimento também tem como objetivo a prevenção e detecção de deficiências, possibilitando encaminhamentos para tratamentos clínicos.

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças. Por isso, o atendimento deve começar precocemente, inclusive como forma preventiva. Na hipótese de não ser possível o atendimento durante a educação infantil, há que se detectarem as deficiências, como as visuais e auditivas, que podem dificultar a aprendizagem escolar, quando a criança ingressa no ensino fundamental. Existem testes simples, que podem ser aplicados pelos professores, para a identificação desses problemas e seu adequado tratamento. Em relação às crianças com altas habilidades (superdotadas ou talentosas), a identificação levará em conta o contexto sócio-econômico e cultural e será feita por meio de observação sistemática do comportamento e do desempenho do aluno, com vistas a verificar a intensidade, a frequência e a consistência dos traços, ao longo de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2001)

Todos esses direitos conquistados historicamente tem a intenção de oferecer à criança uma infância construída e vivenciada na autonomia e liberdade, onde as situações cotidianas são utilizadas como fonte de aprendizagem e conhecimento.

2.2.2- O Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil

Considerando a educação inclusiva como um meio significativo para inserção e desenvolvimento pleno de alunos com necessidades educacionais especiais, a acessibilidade e disponibilidade de recursos específicos se torna fator fundamental, garantindo um desenvolvimento pleno de todas as suas funções sejam individuais, sociais e educacionais.

Inicialmente, o trato da diversidade deve partir da própria identidade da escola, que na proposta das práticas inclusivas, trabalhando a autonomia dos alunos por meio de conteúdos estudados no contexto de sua realidade, construindo as tomadas de decisões que nortearão sua vida no meio social.

Segundo as políticas de inclusão na educação infantil, se faz necessário o atendimento desta diversidade desde os primeiros anos de ensino. Especificamente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que trata das Estratégias e Orientações para Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 2000), são descritas as orientações para o atendimento em creches e pré-escolas:

- Disponibilizar recursos humanos capacitados em educação especial / educação infantil para suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas, ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada através de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão;
- Garantir condições de acessibilidade aos recursos materiais e técnicos apropriados: mobiliário, parques infantis, brinquedos, recursos pedagógicos, materiais de primeiros socorros, facilidade de acesso e de transporte, assim como a proximidade dos recursos comunitários de apoio, entre outros indispensáveis;
- Divulgar a visão de educação infantil, na perspectiva da inclusão pelos diversos meios de comunicação. As escolas especiais e os centros de educação infantil governamentais ou não e outras entidades congêneres, como também as instituições de ensino superior, podem constituir-se em efetivos elementos de cooperação nesse propósito;
- Realizar levantamento dos serviços e recursos comunitários institucionais como maternidades, postos de saúde, hospitais, escolas e unidades de atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais, entre outras, para que possam constituir-se em recursos de apoio, cooperação e suporte;

- Conhecer as informações contidas no documento “Adaptações Curriculares – uma estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais” – (MEC/SEF/SEESP/99), com vistas a buscar subsídios para adequar os conteúdos às necessidades de cada criança;
- Estabelecer parcerias visando ações conjuntas entre a saúde e a assistência social, garantindo a orientação, o atendimento integral e o encaminhamento adequado;
- Garantir a participação da direção, dos professores, dos pais e das instituições especializadas na elaboração do projeto pedagógico que contemple a inclusão;
- Promover a sensibilização da comunidade escolar, no que diz respeito à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais;
- Promover encontros de professores e outros profissionais com o objetivo de refletir, analisar e solucionar possíveis dificuldades existentes no processo de inclusão;
- Solicitar consultorias ao órgão responsável pela Educação Especial no estado, no Distrito Federal ou no município, como também ao MEC/SEESP;
- Adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com necessidades educacionais especiais conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2000, p. 26-27)

As implicações que envolvem a inclusão, desde a educação infantil estão em todo o contexto escolar, ou seja, inclui todos os seus aspectos físicos, políticos e pedagógicos, com um trabalho estimulador e compensatório, de forma que todos os limites sejam superados, impulsionando à um desenvolvimento também da alteridade, sejam nas crianças com necessidades educacionais especiais ou não.

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar a escola em algum momento futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados (MITTLER, 2003, p. 236 apud DRAGO, 2011, p.78-79).

A desconsideração ou irrelevância das necessidades educacionais especiais de alguns alunos podem trazer sérias consequências ao mesmo, inibindo-o de uma participação ativa no meio em que vive. Portanto deve-se evitar divisões nas práticas pedagógicas ou sociais, que desestimore, destitua ou viole a individualidade da pessoa em seu meio, observando sempre sobre a necessidade de se contemplar a diversidade das necessidades educacionais especiais (SALOMÃO, 2012, p. 10), em seus espaços, modos e meios para aprender e conviver.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem o objetivo de atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, ofertando-lhes uma educação especial com oportunidades de participação e acesso ao conhecimento.

Sua proposta envolve um plano de atendimento com identificação e tomada de ações sobre as necessidades especiais dos alunos e nas dificuldades na aprendizagem que ocorrem, elaborando as estratégias necessárias com o uso dos recursos que atendam às necessidades específicas tanto nos aspectos pedagógicos quanto aos de acessibilidade.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) prevê em seu artigo 208, inciso III o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”, como forma de oportunizar o acesso, participação e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino numa perspectiva de igualdade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) destacam a importância das adaptações físicas, pedagógicas e pessoais, bem como todo o processo curricular e avaliativo, de acordo com a necessidade especial vivida pelo educando.

Na Educação Infantil, esta intervenção é precoce, onde, associados aos serviços de saúde e assistência social, buscam efeitos positivos na aprendizagem e desenvolvimento.

Os defensores da Inclusão acreditam que em se tratando de crianças com deficiência as instituições de educação infantil são espaços privilegiados onde a convivência com adultos e outras crianças de várias origens, costumes, etnias, religiões, possibilitará o contato desde cedo com manifestações diferentes daquelas que a criança vivencia em sua família ou num ambiente segregativo, permitindo-lhe, assim as primeiras percepções da diversidade humana. (ARNAIS, 2003, p.9-10)

Dentro deste contexto, a identificação e discussão acerca das necessidades educacionais envolvendo toda a comunidade escolar se faz de fundamental importância para o desempenho significativo das suas potencialidades, na garantia de uma participação total na dinâmica de aprendizado desta etapa de ensino.

Assim, entre outros, é preciso modificar percepções sobre os quadros de desenvolvimento atípico, compreendendo que eles decorrem não apenas de características biológicas, mas sim de uma complexa configuração de fatores, relacionados à interação daquelas com aspectos sócio-histórico-culturais e, sobretudo, compreender que sujeitos em desenvolvimento, seja ele atípico ou não, dão sentido às experiências individuais e sociais, em uma dinâmica de relações intersubjetivas e vivências subjetivas. A configuração dessas subjetividades, caracterizada por significados, emoções e sentimentos presentes em cada uma das situações vivenciadas, permite a esses sujeitos

encarar desafios, confrontar situações e construir seus próprios sentidos em relação às suas próprias experiências. (COELHO, 2010, p. 57-58)

Desta forma a prática pedagógica é um importante ponto a ser considerando uma vez que as formas de tratamento aos alunos determinam as práticas de inclusão ou exclusão no meio social ou quando esta última se pratica numa forma seletiva de educação, desconsiderando as especificidades do aluno, sem promoção da autonomia destes frente à sua realidade.

3- OBJETIVOS

3.1- Geral

Analisar o processo educacional inclusivo das instituições de educação infantil com atendimento à crianças de 0 a 3 anos, apontando os desafios e perspectivas políticas e pedagógicas no atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais.

3.2- Específicos

- Analisar o contexto educacional infantil, no que se refere ao suporte pedagógico e político para o atendimento de crianças com NEE.
- Discutir as políticas educacionais voltadas para Inclusão, confrontadas com a realidade das creches de Ipatinga.

4- METODOLOGIA

Considerando o processo metodológico de uma pesquisa como de fundamental importância para a busca de informações de forma coerente, sistemática e coordenada, como garantia da legitimidade do trabalho de pesquisa e comprovando a cientificidade da investigação, busca-se a análise da realidade educacional inclusiva de crianças de 0 a 3 anos.

Assim, utilizar-se-á de um diálogo com os profissionais da educação para informações sobre os aspectos políticos e pedagógicos de uma instituição de educação infantil da cidade de Ipatinga e, num momento posterior, proceder ao exame qualitativo dos dados levantados, apontando problemas potenciais ou efetivos nas relações escolares para a inclusão escolar. Maciel e Raposo (2010) acrescenta a importância deste diálogo para o desenvolvimento deste estudo:

(...) o método é uma forma de pensar a produção intelectual, a produção de ideias em permanente confronto e relação com outro sistema de informação que não é só a produção do cientista, mas que vem do sujeito que está sendo estudado. (MACIEL & RAPOSO, 2010, p. 79)

Esta pesquisa pode ser classificada como numa abordagem qualitativa, uma vez que buscar-se-á as informações pelas relações existentes entre sujeitos e os fenômenos do contexto de observação, que, no caso, se faz na inclusão de crianças com necessidades especiais nas instituições de educação infantil com atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos.

Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa:

(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22)

Neste caso, esta abordagem se aprofunda nos significados da realidade, diferenciando-a da pesquisa quantitativa, uma vez que esta última faz a captação visível representada em equações, médias e estatísticas (Minayo, 2001, p. 22).

Em Godoy (1995) encontramos a pesquisa qualitativa descrita como “frutífera possibilidade de investigação”, onde nos últimos trinta anos esta abordagem ganha espaço reconhecido por outras áreas do conhecimento, dentre elas a educação.

Para a autora, esta forma de pesquisa promove uma interação entre pesquisador e situação estudada, “procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, pg.58).

4.1- Contexto da Investigação

Localizada na cidade de Ipatinga, a E.M.G é uma instituição pública com atendimento de crianças do berçário ao 5º ano do ensino fundamental I. Atualmente a escola passa por um processo de mudança à qual todas as classes de 4 e 5 anos e do ensino fundamental I foram deslocadas para outro ambiente, permanecendo apenas as turmas de 0 a 3 anos. A existência de crianças com necessidades educacionais especiais nesta escola facilita a pesquisa, uma vez que já é real a inclusão física destas crianças e que através da investigação, se chegará aos dados qualitativos sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas creches.

4.2- Participantes

Neste processo teremos a participação de professores e monitores da instituição, onde através de diálogos e entrevistas, buscar-se-á informações e posicionamentos a respeito do atual processo de inclusão, tanto em seus aspectos políticos como também dos pedagógicos referentes ao atendimento às crianças desta fase educacional. O quadro abaixo apresenta as informações iniciais acerca do tempo de atuação dos professores na Educação Infantil bem como a idade dos monitores entrevistados. Serão utilizadas as letras P com referência aos professores e M para os monitores.

Professor	Tempo de atuação na Educação Infantil
P(1)	11 anos
P(2)	14 anos
P(3)	10 anos
P(4)	6 anos
P(5)	3 anos (incluindo Educação Especial)
P(6)	15 anos

Fonte: Elaboração própria

Monitor	Idade
M(1)	19 anos
M(2)	22 anos
M(3)	35 anos
M(4)	23 anos

Fonte: Elaboração própria

4.3- Materiais

Os recursos materiais a serem utilizados na pesquisa são:

- Documentos que referenciam a educação infantil e as práticas de inclusão;
- Aparelhos para registro em áudio;
- Roteiro de entrevista semiestruturada;
- Roteiro de grupo focal;
- Formulário de autorização (para os participantes da pesquisa);
- Diário de bordo para o registro das informações.

4.4- Instrumentos e Procedimentos de Construção de Dados

A coleta de dados teve a sua execução em dois momentos distintos. O primeiro, foi realizado com um grupo de seis professoras da instituição, onde através da técnica do Grupo Focal, as docentes levantaram informações e discussões sobre as possibilidades e dificuldades enfrentadas no momento atual, dentro das práticas de inclusão na realidade da educação infantil de 0 a 3 anos.

Esta técnica trata-se de “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir da sua experiência pessoal” (POWELL; SINGLE, apud D’AGOSTINI, 2011, p.22).

A interatividade desta técnica aborda qualitativamente os dados captando, “a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações” (GATTI, 2005, p. 9).

Posteriormente, e com o mesmo objetivo, a realização de entrevistas semiestruturadas com os monitores das salas da creche também auxiliou no levantamento de dados acerca da inclusão neste espaço.

Para a realização do Grupo focal e da Entrevista Semiestruturada, foi elaborado um roteiro de questões (Apêndices A e B), que auxiliou as discussões acerca dos processos de inclusão nas instituições de Educação Infantil.

A coleta dos dados ocorreu nas dependências da escola, em dias alternados, sendo que, no primeiro dia foi realizado o Grupo Focal com as professoras e no dia seguinte, a entrevista semiestruturada com os monitores. Anteriormente à entrevista, foram esclarecidos para a direção e participantes, a dinâmica e os objetivos da pesquisa em questão. Todo este processo teve a sua regulamentação pelos documentos de autorização (Carta de Apresentação - Anexo A, Aceite Institucional - Anexo B, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/ Professor - Anexo C, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/ Professor - Anexo D) previamente assinados pela diretora e participantes, garantindo a seriedade com a proposta da pesquisa e a ética necessária para este procedimento.

O tempo gasto em cada uma das seções ficou em torno de uma hora, distribuídas em rodadas de perguntas, em que os sujeitos respondiam segundo suas perspectivas e opiniões. Houve uma apresentação dos integrantes dos grupos e, com o auxílio de um smartphone, as seções puderam ser registradas em áudio para sua posterior análise.

Como procedimentos de análise dos dados, tomamos por base as palavras de Rizzini que coloca esta fase da pesquisa como “uma técnica de investigação que tem por objetivo ir além da compreensão imediata e espontânea, ou seja, ela teria como função básica a observação mais atenta dos significados de um texto” (RIZZINI, 1999, p. 91).

Primeiramente foi realizada uma análise global de todo o conteúdo produzido pelos participantes, permitindo assim reflexões prévias e a extração de partes significativas, definindo as categorias, em acordo com a proposta da pesquisa.

Para o aprofundamento dos dados obtidos foram realizados os agrupamentos dos conteúdos, de acordo com as reflexões em comum feitas no grupo focal e na entrevista semiestruturada. Desta forma se fez uma exploração de todo o material adquirido, analisando os temas referidos.

Após este agrupamento, foram feitas análises qualitativas, ilustrando os dados obtidos pelas enunciações dos participantes, segundo as perspectivas de cada um e o contexto da pesquisa.

5- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a organização das informações coletadas no Grupo Focal e na Entrevista semiestruturada, foram analisadas todas as percepções dos educadores e monitores acerca dos processos inclusivos no atendimento a crianças de 0 a 3 anos. A análise por categorias favoreceu a extração e estruturação dos pontos principais que envolveram a problematização da pesquisa.

5.1- Grupo Focal com Professores

As questões 1, 2 e 3, tiveram como objetivo, a concepção de inclusão de crianças com necessidades especiais e o papel da escola neste processo. As professoras reconhecem a importância da inclusão escolar para o desenvolvimento das potencialidades da criança. O mesmo ajuda a criança a vencer as próprias limitações, adquirindo uma maior independência, bem como ser mais feliz. A P1 coloca que a criança como ser único, necessita de uma atenção especial quando uma de suas funções a limita nas atividades escolares, afirmando as palavras de Kelman (2010, p.43) quando aponta que “os valores da escola inclusiva propiciam aos seus alunos o contato com a diversidade e o subsequente respeito ao diferente”

Todas apontaram que a escola tem a sua importância enquanto contexto de desenvolvimento, mas pontuaram que para uma efetiva inclusão, é necessária uma infraestrutura adequada, bem como profissionais da saúde para o auxílio e acompanhamento de acordo com as patologias (P3), e a oferta de cursos de capacitação e especialização para o atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais (P4). “Na verdade o curso superior prepara em parte, o profissional. Eu acho que, para o professor trabalhar na inclusão, ele tem que ser melhor preparado” (P4).

As questões 4 e 7 tiveram como objetivo tratar das políticas públicas atuais sobre inclusão escolar, reconhecendo o direito da criança ao ensino regular e que esta “tem possibilitado às crianças com necessidades educativas especiais o desenvolvimento de funções cognitivas e sociais, que resultam em aprendizagens significativas” (FREITAS, 2010, p.25). Tivemos das participantes um consenso de que há uma incoerência entre as leis e diretrizes existentes e a prática pelos órgãos responsáveis. Citaram ainda uma desvalorização de profissionais desta área quando colocam pessoas não capacitadas para o atendimento de algumas crianças, concluindo que a inclusão ainda está em um “estágio embrionário” (P1).

As questões 5 e 6, buscaram identificar a importância da inclusão para o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais. P1, P2 e P5 colocaram que o processo de inclusão nas escolas favorece positivamente a socialização das crianças nas instituições de educação infantil, onde as atitudes colaborativas se destacam, desfazendo o “temor ao diferente” e fazendo “vencer os desafios”, caracterizando uma “evolução” no processo de socialização escolar. “Os significados e valores são negociados, renegociados e compartilhados nas interações que ocorrem dentro do contexto escolar” (KELMAN, 2010, p. 44).

A Prática Educacional é apresentada nas questões 8 e 9, onde, na primeira, temos o objetivo de apontar os desafios existentes acerca da inclusão nas instituições de Educação Infantil. P4 enfatiza que o número de crianças por turma é excessivo, tendo em vista a importância de uma atenção especial à aprendizagem da criança com necessidade especial, considerando que “as escolas não estão preparadas para receberem estas crianças”.

Para P1 o professor que trabalha com crianças com necessidades especiais, primeiramente deve “gostar do que faz”, ou seja, deve-se ter um perfil em que a “humanização, respeito e valorização” da criança esteja no foco do trabalho, buscando um desenvolvimento efetivo de seus aspectos, contribuindo para a autonomia e independência da criança. Para esta professora este trabalho é considerado um desafio, diante das dificuldades existentes em seus contextos, fazendo com que a “tolerância, a paciência e o amor” sejam os auxiliares na sua trajetória profissional. “O ensino e a aprendizagem que envolve o afeto, o amor, o respeito fazem com que o aluno sinta-se valorizado e incentivado a aprender” (KARPINSKI; SOPELSA, 2009, p.2299)

Como apontamentos para a melhoria do processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, as professoras colocam os seguintes termos:

- Adaptação do espaço físico para o atendimento das crianças com necessidades especiais;
- Preparo os profissionais (oferta de cursos de capacitação);
- Cursos de formação para os monitores das instituições;
- Oferta de oficinas (dança, culinária, música) para a descoberta de habilidades artísticas destas crianças.

5.2- Entrevista Semiestruturada com Monitores

As questões desenvolvidas na entrevista semiestruturada foram formuladas observando a realidade dos monitores da instituição, onde teve que se considerar o pouco tempo de experiência vivido por eles nesta prática. Seus retornos foram satisfatórios com contribuições significativas acerca da visão de inclusão de cada um nas instituições de educação infantil.

O exercício constante de reflexão e o compartilhamento de ideias, sentimentos, ações entre os professores, diretores, coordenadores da escola é um dos pontos chave do aprimoramento em serviço. (MANTOAN, 2006, p.49)

Quanto à concepção de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas creches foi apresentado como um fator positivo no sentido de que, desde cedo a criança já vivencia o diferente. “Se desde bem novos eles convivessem com crianças com alguma necessidade, quando eles chegassem em uma idade maior isso não seria um problema entre eles, então não teria aquele preconceito e aquela discriminação” (M1).

Para M2, M3 e M4 a inclusão favorece a construção do conhecimento pelo convívio com outras crianças. Foram destacados que neste processo se faz importante o atendimento especializado com vistas ao auxílio das necessidades individuais destes alunos.

As questões 2, 3 e 5 tiveram como objetivo, a concepção dos monitores acerca dos processos escolares de inclusão. Para eles, para um real atendimento inclusivo nas instituições, estas devem oferecer profissionais capacitados e qualificados que possam atender as necessidades de cada criança bem como acompanhamento médico, estrutura física adequada e materiais que atendam às necessidades de cada uma como brinquedos e aparelhos de estímulo (M1, M2 e M4).

É um modelo de creche onde a criança consiga desenvolver como a criança que não tem necessidade especial (...) tratando a sua desigualdade tendo o mesmo progresso de uma criança que não tem as necessidades especiais (M2).

Segundo eles as instituições de educação infantil ainda não possuem este perfil inclusivo. Para M2 as escolas não estão preparadas sequer para as crianças sem necessidades especiais, pois possuem o seu “sistema falho desde o início” quando “empurram” as crianças para etapas e séries seguintes sem a devida aprendizagem.

Implementar e manter a educação inclusiva carrega em seu bojo a necessidade de mergulhar na educação em toda a sua complexidade, em toda sua rica variedade, em conhecer o outro, desfazendo ideias preconcebidas e discriminação impensada. (FREITAS, 2010, p.30-31)

As questões 4 e 6 trataram das políticas públicas de inclusão nas instituições, onde foram apresentadas críticas acerca da atenção dos governos a alguns aspectos importantes que não estão sendo levados em consideração quando se refere à inserção e atendimento destas crianças nas creches. Outro problema levantado é a falta de investimentos para as adaptações estruturais das instituições, visto a grande importância de um espaço físico adequado para o atendimento especializado. M3 declara que existe um “faz-de-conta” na atenção que as políticas têm acerca da inclusão nas escolas, afirmando “a necessidade de um compromisso maior por parte das políticas públicas, no sentido de pôr em prática o que consta na legislação vigente” (KARPINSKI; SOPELSA, 2009, p.2302).

Quando perguntados se estavam preparados para trabalhar em turma com crianças com necessidades especiais (questão 7), todos disseram que não estão preparados e que isto as vezes não é levado em consideração. Para eles, o perfil do professor para a atuação em classes com alunos com necessidades educacionais especiais (questão 9), deve primeiramente estar na vontade do professor em atender qualitativamente estes alunos e, para isso, devem “gostar do que fazem” e estar “preparados” para o exercício da docência nestes aspectos (especialização).

Assim, os mesmos apresentaram sugestões para melhoria do atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil de 0 a 3 anos:

- Cursos de formação para o preparo dos profissionais que se ingressam nesta área;
- Espaço físico adaptado;
- Profissionais qualificados das áreas da saúde.

Desta forma, entende-se a necessidade de um olhar atento ao atendimento das crianças com necessidades especiais nas instituições de educação infantil, pois o sucesso de seu desenvolvimento depende significativamente de um bom suporte ao seu processo de aprendizagem, oferecendo todos os recursos e mecanismos físicos e pedagógicos que possam fazer com que as crianças desde cedo, possam superar as barreiras existentes, desenvolvendo as suas capacidades e potencialidades.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo, analisar os processos educacionais e políticos da inclusão nas instituições de Educação Infantil com atendimento às crianças de 0 a 3 anos, numa discussão sobre as políticas públicas existentes, bem como ao trabalho pedagógico necessário para uma inclusão que atenda efetivamente todo o contexto educacional numa perspectiva inclusiva.

A pesquisa de campo trouxe a oportunidade de se obter um panorama da real situação vivida nas instituições de educação infantil, onde, professores e monitores apresentaram todas as ideias, perspectivas, desafios e as possibilidades acerca da inclusão de crianças de 0 a 3 anos nas creches em seus aspectos políticos e pedagógicos.

A inclusão traz implicações em todos os contextos sociais, que, de forma significativa, garante o desenvolvimento total do indivíduo, que poderá participar dos diversos ambientes e situações sociais e culturais de forma digna e com a autonomia necessária para também transformar a sua realidade.

O conhecimento e compreensão da criança com necessidade especial revela-se como primordial para um trabalho eficiente no que compete a construção do conhecimento e autonomia dos mesmos, portanto, considerar sua diversidade e especificidades requer um olhar dinâmico e objetivo.

Esta heterogeneidade supõe que a postura, especialmente do professor, seja a de provocar a interação entre todos os membros da classe escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral de cada um de acordo com seu ritmo e necessidade, levando em consideração as suas formas de aprendizado.

A partir das contribuições apresentadas pelos professores e monitores, percebe-se quão importante se faz o trabalho destes profissionais nas instituições de ensino com atendimento à crianças de 0 a 3 anos. Tanto os professores que atuam na ligação entre a criança e o objeto de estudo, bem como os monitores que são peças fundamentais no ambiente escolar, onde, auxiliando na dinâmica educacional também atuam como um “outro social” (MACIEL & RAPOSO, 2010, p.75), são configurados como promotores do desenvolvimento neste contexto. Pode-se considerar também, que a atuação destes profissionais tem uma colaboração significativa no processo de inclusão nas creches e instituições de educação, de forma que a valorização da prática destes, e as condições adequadas de trabalho e desenvolvimento

profissional, favorecerão um atendimento com qualidade às crianças com necessidades educacionais especiais.

Considerando a importância destas práticas na sociedade, faz-se necessário a criação de mecanismos, recursos e políticas públicas que proporcione as crianças com necessidades especiais o aprender, interagindo em seus contextos, numa garantia efetiva de sua inclusão social, exercício de cidadania e vida autônoma. A escola como unidade de formação do conhecimento, tem a necessidade de oferecer os melhores caminhos para que estas práticas se desenvolvam de forma natural e efetiva na sociedade.

Assim, para que os processos de desenvolvimento ocorram de forma eficiente na vida das crianças com necessidades especiais, é vital a contribuição inclusiva no ambiente escolar, reconhecendo a necessidade de uma concepção de formação pautada na diversidade, que através de metodologias corretas, levará-os a igualdade das oportunidades, reconhecendo a alteridade humana.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ordália Alves. **História Da Educação. O Lugar Da Infância No Contexto Histórico-Educacional.** (Fascículo 1). Ministério Da Educação/ Secretaria De Educação A Distância. Consórcio Pró-Formar. 2006.
- ANDREOLI, Cleverson V.; TORRES, Patrícia Lupion. **Complexidade: Redes e Conexões do Ser Sustentável.** Curitiba: SENAR - Pr., 2014. 832 páginas.
- ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família.** 2ª edição. Rio de Janeiro. 1973.
- ARNAIS, Magali Ap. de O. **Novas Crianças na Creche: O Desafio da Inclusão.** 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 06 de set. de 2015.
- _____. **Declaração de Salamanca.** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 10 de set. de 2015.
- _____. Diário Oficial da União. **Plano Nacional de Educação:** Lei n. 10.172/01. Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 05 de set. de 2015.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1-2.
- _____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais.** Brasília, 2000. 22 p.
- _____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil /MEC/SEB.** Brasília, DF, 2006. v.1-2.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares.** Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998. 62 p.
- _____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília: 1996.
- COELHO, Cristina M. Madeira. **Inclusão Escolar.** In: Diva Albuquerque Maciel; Silviane Barbato. (Org). Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. 01ed. Brasília: Editora da UnB, 2010 v., p.55-71
- CYPEL, Saul (org.). **Fundamentos do Desenvolvimento Infantil: da Gestação aos 3.** São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011.

D'AGOSTINI, Fabiana Piccoli. **Concepções de Professoras que Atuam na Escola Especial sobre a Inclusão de Alunos no Ensino Regular**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus de Joaçaba, Santa Catarina

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2011.

FREITAS, Neli Klix. **Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectivas Educacionais**. *Jornal de Políticas Educacionais*. n° 7. 2010. p. 25–34.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília. Líber, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. **Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. 1995.

KARPINSKI, Carmem Salete Webber; SOPELSA, Ortenila. **A Inclusão Social e o Desenvolvimento da Aprendizagem dos Alunos com Necessidades Especiais nas Classes Regulares**. Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2009.

KELMAN, Celeste Azulay. **Sociedade, Educação e Cultura**. IN: BARBATO, Silviane; MACIEL, Diva Albuquerque. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão**. Brasília, Editora UnB, 2010.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Miriam Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**. In: MACIEL, Diva de Albuquerque; BARBATO, Silviane. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 73-98

MACIEL, Diva Albuquerque; SILVA, Geane de J. **Metodologia de pesquisa: a construção do projeto de pesquisa**. Brasília: EEDH/ UnB, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p.387-405. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, Márcia Elia da. **Psicologia do Desenvolvimento: Uma Perspectiva Histórica**. Minas Gerais. 2005.

RIZZINI, Irma et. al. **Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. CESPI – USU, Coordenadoria de Estudos e Pesquisa sobre Infância Universidade Santa Úrsula, Editora Universitária USU, 1999.

SALOMÃO, Bianca Regina de Lima; SOUZA, Amaralina Miranda de. **Salas de Recursos Multifuncionais: A Ação do Professor e o Uso da Tecnologia em Ambientes de Atendimento Especializado**. Congresso Internacional de Tecnologías para la Educación y el conocimiento: Tecnologías Emergentes. Madri/Espanha. 2012.

SANTANA, Raquel Soares de. **“Aprender a formular perguntas”**: Desafio de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do número, Uma perspectiva inclusiva. UnB -2010

SANTIAGO, Mylene Cristina; VENTURINI, Ângela Maria. **Dimensões de inclusão em educação: O desafio de garantir o direito à aprendizagem e à participação**. Eixo Temático: Formação de professores e processos de inclusão/exclusão em educação. 2013. p.581-591.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V. R. and BARTHOLO JUNIOR, Roberto dos Santos. **O professor e o ato de ensinar**. Cad. Pesqui. [online]. 2005, vol.35, n.126, pp. 689-698. ISSN 1980-5314.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; MITJÁNS; Albertina Martínez. **Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo**. Brasília. 2006.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia. 1990. Disponível em:< <http://www.unesco.org/new/pt/brasil>>. Acesso em: 12 de set. de 2015.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Defectologia e o Estudo do Desenvolvimento e da Educação da Criança Anormal**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro Grupo Focal com Professores

1. Qual a sua concepção de inclusão de crianças com necessidades especiais nas creches de hoje?
2. Qual o perfil de uma escola inclusiva?
3. Como a escola está preparada para o atendimento de crianças com necessidades especiais?
4. Qual a sua opinião sobre as atuais políticas de inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas?
5. Qual a sua avaliação sobre o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais nas escolas regulares?
6. Qual o comportamento das demais crianças das classes em relação ao aluno com necessidade especial?
7. Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Volume1), a qualidade do processo de integração depende da estrutura organizacional da instituição, pressupondo propostas que considerem:
 - grau de deficiência e as potencialidades de cada criança;
 - idade cronológica;
 - disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;
 - condições socioeconômicas e culturais da região;
 - estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial já implantado nas unidades federadas.Para você, como estes aspectos estão sendo levados em consideração no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais pelas instituições e também pelos governos dos municípios?
8. Quais os desafios enfrentados acerca da inclusão?
9. Qual deveria ser o perfil do professor que atua em classes com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais?
10. Quais os apontamentos que podem ser feitos acerca da melhoria no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em turmas de 0 a 3 anos?

Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Para Monitores

1. Qual a sua concepção de inclusão de crianças com necessidades especiais nas creches?
2. Na sua concepção, qual seria o perfil de uma escola inclusiva?
3. Você acha que as escolas de hoje estão preparadas para o atendimento de crianças com necessidades especiais? O que poderia ser diferente?
4. O que você conhece sobre as atuais políticas de inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas? Qual a sua opinião sobre elas?
5. Como você acha que deve ocorrer o atendimento de crianças com necessidades especiais nas instituições de educação?
6. Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Volume1), a qualidade do processo de integração depende da estrutura organizacional da instituição, pressupondo propostas que considerem:
 - grau de deficiência e as potencialidades de cada criança;
 - idade cronológica;
 - disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;
 - condições socioeconômicas e culturais da região;
 - estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial já implantado nas unidades federadas.Para você, como estes aspectos estão sendo levados em consideração no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais pelas instituições e também pelos governos dos municípios?
7. Como você se sente preparado para trabalhar em uma turma com criança com necessidade educacional especial?
8. Na sua opinião, qual o perfil do professor para atuação em classes com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais?
9. Quais os apontamentos que podem ser feitos acerca da melhoria no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em turmas de 0 a 3 anos?

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: Ipatinga

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) **Patrícia Souza Ornelas Silva** que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

B- Aceite Institucional (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização _____ da _____ pesquisa

_____, de responsabilidade da pesquisadora **Patrícia Souza Ornelas Silva**, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre **Maristela Rossato/ Luíz Roberto Martins**.

O estudo envolve a realização de **entrevistas semiestruturadas, grupo focal e gravações de áudio** com **Professores e Monitores da instituição**. A pesquisa terá a duração de **dois dias**, com previsão de início em **07/10/2015** e término em **08/10/2015**.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre ***Inclusão de crianças de 0 a 3 anos nas Instituições de Educação Infantil***. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de ***Grupo Focal***.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como ***áudio***, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Monitor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Monitor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre ***Inclusão de crianças de 0 a 3 anos nas Instituições de Educação Infantil***. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de ***Entrevista semiestruturada***.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevista semiestruturada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Monitor

Nome do Monitor: _____

E-mail(opcional): _____